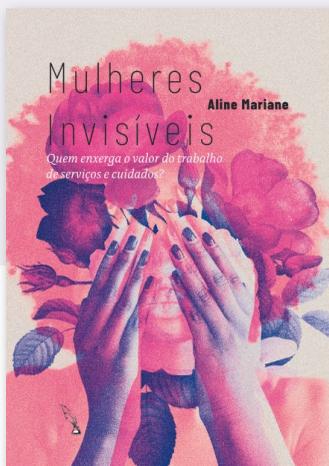


Resenha: Trabalho e mulheres do lar

Review: Work and housewives



Jarbas Novelino Barato

Doutor em Educação pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), mestre em Tecnologia Educacional pela SDSU (San Diego State University). Consultor da UNESCO. Trabalhou durante 30 anos no Senac de São Paulo e foi professor adjunto na Universidade São Judas.

FERNANDES, Aline Mariane.

Mulheres invisíveis: quem enxerga o valor do trabalho de serviços e cuidados?

São Paulo: Editora Patuá, 2024.

Introdução

Pai: soldador. Mãe: do lar. Duas informações comuns. O homem tem uma profissão. Trabalha. Produz. A mulher pertence, física e conceitualmente, a um espaço. O que a define é onde ela está. Ela não trabalha. Não produz. Este modo de ver o papel do homem e o papel da mulher é naturalizado. Pouca gente repara que o rótulo “do lar” carrega profundos preconceitos, além de sugerir que a mulher está destinada exclusivamente à vida privada. Tal concepção teve reflexos inclusive na arquitetura. Numa residência do Brasil Colônia, a Casa do Bandeirante, por exemplo, havia um espaço exclusivamente destinado às mulheres, o gineceu (Barato, 1969), sendo-lhes vedadas atividades no espaço social da residência. Um gineceu, físico e simbólico, caracteriza o drama de Inocência (Taunay, 2016) num romance em que a mulher é cativa da vontade de um pai autoritário. De um pai que quer uma filha do lar. Inocência só pode deixar o gineceu para se casar; e para ele deve voltar depois de casada.

A ideia de que as mulheres presas ao lar não trabalham é consequência de uma cegueira social que não enxerga o exigente trabalho do cuidado. No lar, mulheres passam, lavam, limpam, cozinham, cuidam de filhos, cuidam do marido, cuidam de idosos, administram os minguados recursos financeiros da família para que não fal-

te pão à mesa. Todas essas atividades são trabalhos que não merecem sequer uma linha nos manuais de economia. Há, porém, autoras que tentam visibilizar as atividades do lar, assim como quem as executa. Uma dessas autoras é Aline Mariane. Em seu *Mulheres invisíveis*, Aline apresenta uma economia feminista que nos faz ver mulheres trabalhando no lar e fora dele. Mas as mulheres, mesmo trabalhando fora de casa, não escapam das responsabilidades de cuidar do lar. O trabalho intramuros continua invisível. E, ao voltar do trabalho, na fábrica, no escritório, na escola, a mulher se torna também invisível, mais uma vez, em tudo que faz para cuidar da família. Mesmo trabalhando fora de casa, a mulher continua a ser do lar.

Na obra de Aline, cuidado tem significado abrangente. Inclui tanto a assistência a pessoas como todos aqueles trabalhos que garantem conforto no lar. A mulher do lar, com seu trabalho, oferece conforto para toda a família. E é isso que facilita a vida de seu companheiro, homem que tem um trabalho produtivo. Mas a autora não aceita a ideia hegemônica de que o termo produtivo se refere exclusivamente a atividades econômicas caracterizadas por valor de troca. Ela reivindica o uso do termo produtivo também para o trabalho não remunerado que acontece no interior das residências. Vou abordar tais ideias mais à frente.

Aline é periférica. Nasceu num bairro da Zona Leste de São Paulo e conheceu em casa a invisibilidade das mulheres. Seu livro aborda a economia, mas dedica também muitas páginas ao viver de mulheres periféricas, sua vó e sua mãe. Ela busca dar visibilidade principalmente à sua vó, Zoraide. Por isso, antes de examinar aspectos da economia feminista estudados pela autora, é preciso encontrar-se com Zoraide.

Os cuidados de Zoraide

O que é ser invisível na economia oficial? A vida de Zoraide oferece respostas para essa pergunta. Nascida no interior de Pernambuco, numa família de 11 irmãos, ela cresce para ser invisível. Casa-se aos 16 anos com Cecílio, um rapaz bem mais velho do que ela, imigrante que buscava melhores condições de vida no Sul. Cecílio deixa a jovenzinha recém-casada e parte para São Paulo, onde esperava reunir recursos financeiros para iniciar a vida da nova família. Depois de um ano de trabalho, julga que já pode trazer sua mulher do Nordeste. Zoraide, quase menina, vem para o Sul, onde, para ela, tudo é novo e desafiador. Tem que aprender logo o trabalho do cuidado e as relações com gente de um mundo muito diferente do seu. Além disso, tem que fazer tudo sozinha, pois o marido sempre está viajando a trabalho.

Zoraide aprende o trabalho do cuidado com vizinhas ou o desenvolve por necessidade. Supera barreiras e aprende a ser do lar. Com o nascimento da primeira filha, irá experimentar cuidados desafiadores. A menina nasceu com problemas neurológicos e precisa de assistência contínua. Além disso, com a esperança de que a filha possa vir a ser saudável, Zoraide vive uma maratona de idas a médicos, laborató-

rios, hospitais. Tudo isso faz com que ela execute os outros cuidados do lar cansada, sempre preocupada com as condições de saúde da filha. Algum tempo depois nasce a segunda filha. Felizmente sadia. Mas com o marido sempre ausente, trabalhando em cidades distantes de sua residência, Zoraide precisa se desdobrar para cuidar de duas filhas e de tudo que se exige para manter um lar.

A casa de Zoraide torna-se um destino para parentes que vêm do Nordeste em busca de melhores condições de vida. Ali ficam até conseguirem trabalho. Esse é mais um caso de cuidado para Zoraide. Ela hospeda seus parentes e dá a eles condições de conforto enquanto buscam emprego que lhes assegure sustento. A filha doente continua a ser sua preocupação maior. A filha saudável precisa de todos os cuidados exigidos por uma criança. Vizinhas acolhem-na quando Zoraide leva a filha enferma a médicos, exames e hospitais. A menina mais velha vive pouco tempo, falece aos dez anos. Alivia-se a carga de trabalho de Zoraide. Ela agora é uma mulher do lar liberada de cuidados com uma criança doente.

A vida da família melhora. O casal compra uma casa na Zona Leste de São Paulo. Pai e mãe garantem para a filha acesso a estudos universitários. Começa um sonho de que a filha, Lúcia, poderá exercer a profissão para a qual se preparou, química. Mas empresas da área não aceitam, com facilidade, mulheres em seus quadros. Lúcia passa longo período em busca de trabalho compatível com sua formação. Não encontra. Desiste. Muda de rumo e ingressa no magistério para lecionar, em escolas públicas, ciências e química. Casa-se com Dimas, um professor. O casal concretiza o plano de morar perto da casa de Zoraide. As filhas do casal precisam dos cuidados da vó. E essa necessidade aumenta com a morte precoce de Dimas. Lúcia, que já tinha jornada dupla de trabalho, em escolas e em casa, assume aulas em todos os períodos do dia para sustentar as duas filhas. E estas passam a ter cuidados integrais de Zoraide.

Cabe reparar que o caso de Lúcia ilustra diferenças de gênero no acesso a trabalhos remunerados. Ela, apesar de sua formação, não se emprega na indústria. O trabalho que consegue, embora não fosse sua escolha e sonho, é o de professora. Há um entendimento de que a escola pode ser lugar de mulher. Para atuar como técnica em química, mulheres enfrentam barreira quase intransponível. No livro de Aline, a situação exemplificada pela carreira de sua mãe marca o que podemos chamar de “lugar de mulher”.

A história familiar é marcada pelos muitos trabalhos que Zoraide assumiu desde que se casou muito jovem. É uma história de cuidados com a casa, com o marido, com as filhas, com as netas. Por essa razão, Aline dedica seu livro à avó, uma mulher cujo trabalho invisível sempre foi muito exigente. Hoje Zoraide não pode mais cuidar. Um tumor que pressionava uma de suas vértebras impede que ela caminhe. Por isso, no capítulo final do livro, Aline pergunta: “E agora, quem cuidará de Zoraide?”

A pergunta da autora sugere reflexões sobre ciclos do cuidado. Mulheres do lar cuidam de todos a vida inteira. E quando não podem mais fazer isso, correm o risco

de ficar desassistidas. Ou, a família, sem recursos para contratar uma cuidadora, desdobra-se para oferecer conforto para quem, vida afora, cuidou de todos. Zoraide só deixa de ser cuidadora quando já não pode mais se locomover sem ajuda alheia. Caso contrário, continuaria a ser cuidadora, pois a mulher do lar não se aposenta.

Quanto custaram os cuidados de Zoraide durante mais de 60 anos? Nada, para os economistas. Eles aconteceram no âmbito da vida privada, não resultaram em valor de troca. Não foram produtivos. Por outro lado, sem os cuidados de Zoraide, marido, filha e netas teriam dificuldades para se engajar num trabalho produtivo, remunerado. A história da vó de Aline contesta a doutrina econômica oficial. Com seus cuidados, Zoraide produziu muito.

Dizer que os cuidados de Zoraide em casa não merecem capítulo em livros de economia é uma ironia etimológica. Economia vem de palavras gregas, *oikós*, casa, e *nomos*, norma. Podemos dizer que a economia, historicamente, nasceu no lar. Hoje ela ignora a casa e tudo que acontece no âmbito do lar. Como disse, uma ironia etimológica, pois a economia desgarrou-se do lar mas não abandonou as palavras das quais se origina, casa + norma, *oikós* + *nomos*. Em seu livro, Aline quer trazer a economia de volta para casa.

Mulheres periféricas e economia

O ponto de partida de Aline em seu livro é a suposta ignorância econômica de uma jovem periférica. Ela afirma que durante muitos anos se sentiu completamente ignorante no campo do saber econômico. Para ela, economia era um assunto arcano, reservado para especialistas, geralmente homens. Para o povo da periferia, todo aquele vocabulário para falar de mercado, produção, indicadores, percentuais nada significava ou era um desafio insuperável. Essa ignorância era de todos os periféricos, particularmente as mulheres. Vale reproduzir observação da autora sobre tal ignorância e necessidade de superá-la:

E como é bastante comum, tendemos a aceitar que determinados conhecimentos, espaços e situações não são para nós quando ouvimos falar, ou quando simplesmente não nos reconhecemos nesses espaços. Tendemos a pensar que não somos capazes de aprender por sermos quem somos, ou por termos nascido onde nascemos. Tendemos a pensar demais que nada disso é para nós. Mas isso também foi colocado erroneamente na nossa história (Fernandes, 2024, p. 14)

A autora destaca uma associação espacial que revela diferenças historicamente construídas para classes sociais e gêneros. Proletários e mulheres aprendem desde cedo qual é o seu lugar. Não contestam. Aceitam. Diferenças de tratamento são vistas como naturais. Zoraide, por exemplo, sempre soube qual era o seu lugar. A

metáfora espacial revela a naturalização de destinos para pobres e mulheres. Ambos aprendem desde muito cedo qual lugar lhes é reservado.

Aline resolve se opor a uma construção social que resulta em conformismo. Vindo de um mundo onde aprendeu que não era capaz de entender ciências econômicas, resolve estudá-las. Quer substituir o sentimento de ignorância por um saber afirmativo. Um saber que tem cores de militância. Um saber de mulher capaz de conhecer economia. Essas cores de militância colocaram seu livro como finalista do Prêmio Marielle Franco de Ensaio Feminista no ano de 2022.

A mulher periférica, tanto pela geografia como por sua origem social, não pretende fazer economia numa direção acadêmica. Aline adverte o leitor que não é doutora nem mestre, é mulher que estudou economia para se afirmar como trabalhadora que produz dentro e fora de casa. Aline estuda economia para não ser uma mulher do lar.

O capítulo sobre mulheres periféricas é breve. Mas o livro todo é um manifesto de mulher periférica que não deixa a periferia. O estudo de ciências econômicas é, num certo sentido, libertador para Aline. E mais: oferece para outras mulheres periféricas um caminho para se libertarem.

Lugar de mulher

É conhecida a expressão ofensiva “lugar de mulher é na cozinha”. A cozinha é uma versão popular do gineceu. Enquanto o homem senta-se à sala para beber cerveja e ver um jogo de futebol, a mulher deve estar num lugar onde seus cuidados são mais relevantes. O homem descansa. A mulher, condenada à cozinha/gineceu, não merece momentos de lazer. Pinto aqui uma situação que a autora aborda de modo mais elegante do que eu. Aline mergulha na história para verificar os lugares que reservaram para a mulher.

As teorias econômicas, seja qual for o viés ideológico, não reconhecem cuidado como trabalho. Na medida em que se estabeleceu a divisão sexual do trabalho na história, tudo que acontece no lar nada tem a ver com economia. E quem cuida do lar é a mulher. E esta cuidadora não é, para os economistas, agente econômico. Com a divisão do trabalho baseado em gênero, desenvolveu-se a ideia de que papéis masculinos e femininos são naturais, não atribuídos por meio de uma construção social que reserva o espaço físico e figurado da cozinha para as mulheres.

O que a mulher faz no lar não é, para a economia oficial, trabalho, pois não gera valor de troca. Vale observar que atividades do lar, quando se tornam interessantes para o capital, convertem-se em mercadoria, exigem trabalho, passam a ter valor de troca, ingressam na economia (Braverman, 1977). Assim, por exemplo, quando produção de doces em compotas, antes atividade do lar, vai para a fábrica, torna-se objeto de trabalho. As observações da autora, embora não façam referência a Braverman, vão na mesma direção. Mostram que os fazeres das mulheres no lar

são trabalho assim como o que se faz na produção de mercadorias. Isso, segundo Aline, exige um novo olhar para que o trabalho invisível deixe de ser atividade sem qualquer valor econômico. E mais, que o trabalho no lar ganhe a necessária visibilidade. E essa visibilidade não fica apenas no nível cultural, ela se torna uma dimensão econômica que precisa ser apreciada.

Uso outra referência que as observações de Aline me fizeram lembrar, a obra de uma pesquisadora norueguesa (Mjelde, 2016) que estudou a introdução de conteúdos de economia doméstica na educação escolar de mulheres proletárias. Em tal educação, destaque especial era conferido à produção alimentar. Esse objetivo nada tinha a ver com reconhecimento do papel das mulheres, mesmo as do lar, na produção. O ensino de economia doméstica, particularmente no campo da alimentação, tinha como meta garantir melhor nutrição para quem produzia, o homem. No caso, a mulher era reconhecida apenas como um instrumento para garantir fornecimento de trabalhadores bem nutridos e mais produtivos para o capital. O ensino de economia doméstica estudado por Liv Mejelde desapareceu. Mas suas decorrências intencionais continuam vivas em entendimentos sobre qual é o lugar da mulher.

Aline comenta que a visão sobre o trabalho determinada por distinção de gênero penaliza as mulheres dentro e fora de casa. Todos os cuidados no âmbito do lar são vistos com não-trabalho. Essa definição negativa das atividades domésticas tem como consequência a invisibilidade do trabalho dentro de casa e de quem o faz. E mais, em estudos de economia eles sequer são mencionados. As teorias econômicas hegemônicas desconhecem o que acontece no lar. Cuidados que acontecem no lar não são trabalho. Mas, contraditoriamente, o mesmo fazer, se remunerado, passa a ser um serviço que entra em cálculos de produção de riquezas.

A crítica à economia oficial não basta. A autora sugere que é preciso contar com novas abordagens econômicas que considerem mulheres trabalhando dentro e fora de casa. Teorias econômicas formuladas em tal direção sinalizam que o trabalho doméstico tem papel importante na produção de riqueza. Ele pode representar de 10% a 39% do Produto Interno Bruto de um país. Esses números encontrados em fontes utilizadas por Aline surpreendem e, ao mesmo tempo, dão uma medida da importância do trabalho do cuidado.

Houve conquistas importantes das mulheres anos recentes. Essas conquistas aconteceram particularmente no campo do trabalho. Em quase todos os setores produtivos há hoje mulheres trabalhando. Mas é uma conquista parcial. Geralmente mulheres recebem menos que homens por um mesmo trabalho. Além disso, mulheres que trabalham em fábricas, escritórios e escolas continuam a trabalhar em casa. Mulheres, com dupla jornada, acabam tendo que trabalhar muitas horas a mais do que os homens. Em *Mulheres invisíveis*, a dupla jornada merece não só análise, mas a denúncia de que as mulheres têm carga de trabalho desproporcional. E essa é uma questão econômica. Livros de economia não podem desconhecer a dupla jornada.

Vale destacar a circunstância de que homens podem buscar mais facilmente formas de se desenvolverem profissionalmente. Eles têm tempo para isso. O trabalho doméstico, na dupla jornada, rouba das mulheres oportunidades de se atualizarem para melhorar seu desempenho profissional no mercado de trabalho. Aline reitera essa circunstância, pois ela costuma ser desconsiderada. Desvantagens da mulher no mercado de trabalho não são apenas decorrências de preconceitos, elas também decorrem do pouco tempo disponível que mulheres têm fora de seus horários de trabalho na fábrica, no escritório, na escola.

Há quem considere que a dupla jornada deva ser resolvida no âmbito privado. Em casa, os homens também deveriam ir para a cozinha e o gineceu simbólico deveria desaparecer. Aline não ignora essa proposta, mas não a considera suficiente. Mais importante é, no caso, uma solução no âmbito público. Boa parte dos cuidados que acontecem no lar deveriam migrar para instituições públicas, como creches e casas de repouso para idosos. Na parte final de seu livro, Aline elenca medidas que devem ser tomadas para garantir cuidado para quem precisa, mas sem atribuir tal trabalho a mulheres na vida privada. Entre as medidas que a autora julga necessárias está a que segue:

Investir em sistemas nacionais de prestação de cuidados para solucionar a questão da responsabilidade desproporcional pelo trabalho de cuidado realizado por mulheres e meninas. Os governos devem investir em sistemas nacionais intergovernamentais de prestação de cuidados, além de investir e transformar os serviços públicos e a infraestrutura existentes. Os sistemas nacionais de prestação de cuidados devem abranger o acesso universal a água potável, saneamento e energia doméstica e garantir investimentos em serviços universais de cuidados de crianças, idosos e pessoas com deficiência (Fernandes, 2024, p. 80).

Ao que aponta como necessário no âmbito público, Aline acresce o que devem fazer as instituições empregadoras. É preciso, por exemplo, que empresas tenham políticas que garantam assistência a crianças enquanto suas mães trabalharam.

Nas descrições de atividades das mulheres do lar citadas por Aline está algo que talvez escape à atenção dos leitores: catar lenha. Essa era uma atividade comum nos tempos em que predominavam os fogões à lenha. Na verdade, a expressão mais comum era catar gravetos. Mulheres das classes populares, quase sempre em grupo, percorriam áreas em que havia galhos de árvores, gravetos secos caídos no chão. Os gravetos complementavam a lenha que era comprada de depósitos e medida em metros cúbicos. Nada custavam e os proprietários rurais não se opunham a essa atividade das mulheres. Catar gravetos evidencia cuidados femininos das classes proletárias para reduzir custos. Além de catar lenha, mulheres realizam outros trabalhos para que a família gaste menos com itens necessários ao viver.

Destaco aqui a atividade de catar lenha porque a leitura do texto de Aline me lembrou situação que observei no distante ano de 1963. Numa das fazendas em que

entrevistei trabalhadores que nela moravam, soube que o proprietário proibiu as mulheres de catar gravetos, ou, se os mesmos fossem recolhidos, as famílias trabalhadoras deviam pagar por aqueles galhos secos e inservíveis para o fazendeiro. Isso ocorreu numa época em que crescia o movimento de camponeses reivindicando direitos trabalhistas. Os donos da terra reagiram de várias formas ao movimento dos trabalhadores. Uma delas foi a de cobrar por gravetos. Criava-se assim uma barreira para que mulheres pudessem diminuir gastos com fontes de energia. Ironicamente, os gravetos entraram na economia por causa de uma estratégia para penalizar trabalhadores. Deixaram de ser um objeto constitutivo dos fazeres daquela que é classificada como do lar para se converterem em mercadoria.

Meninas vestem rosa?

É comum a ideia de que as meninas devem vestir rosa. Tal ideia sugere que há coisas que são próprias para mulheres, outras não. Vestir rosa caracteriza entendimentos de que os diferentes gêneros têm atividades próprias, assim como modos de comportamento. Vestir rosa não é uma expressão inocente. Ela é um indicador de que é vedado às mulheres todo um mundo. Um mundo que é visto como dos homens e no qual as mulheres não devem ingressar. Desde cedo, brincadeiras infantis ensinam isso. Meninos têm brinquedos que os preparam para um universo masculino, com acento no trabalho produtivo. Meninas têm brinquedos que as preparam para ser do lar, com acento em atividades que prenunciam trabalhos de cuidado. Isso pode ser exemplificado no caso do trabalho de soldagem.

Em estudo que fiz para a UNESCO (Barato, 2021), recolhi muitas informações sobre trabalho com solda. Encontrei pouquíssimas mulheres em oficinas e em cursos que formam trabalhadores para o ofício de soldador. Predomina ainda a ideia de que soldagem não é trabalho para mulher. Lisa Leghon, soldadora que é referência na arte de fusão de metais, teve que aturar muitas ofensas de colegas homens na escola em que aprendeu seu ofício. Continuadas vezes era aconselhada a ir para a cozinha. Em minhas entrevistas com professores da área, ouvi comentários de que mulheres eram melhores do que homens em processos de soldagem que exigiam capricho. Parecia um elogio. Não era, era um julgamento discriminatório, pois sugeria que mulheres não poderiam realizar trabalhos mais exigentes e melhor remunerados. Uma soldadora experiente revelou que teve grandes dificuldades quando começou a trabalhar pois não havia aventais e luvas adequados para seu físico, ela tinha que usar equipamentos de proteção desenhados para corpos masculinos. Esse é um detalhe aparentemente pouco importante. Mas é revelador de questões de gênero quando mulheres ingressam em profissões culturalmente tidas como masculinas, inapropriadas para quem veste rosa.

Nos dois parágrafos anteriores, introduzi comentários pessoais para ilustrar um dos pontos de partida da economia feminista. Esse ponto é a questão de gênero, a

ideia de que há mundos próprios para mulheres e mundos próprios para homens. Aline assinala que análises das questões de gênero estão na raiz da economia feminista. As mulheres conquistaram recentemente acesso à maioria das profissões. Isso poderia indicar que as questões de gênero estão resolvidas no mundo do trabalho. Mas persistem problemas que precisam ser considerados. Há três núcleos de questões quando se abordam as relações das mulheres com o trabalho. O primeiro deles é central no livro de Aline: a visão de que atividades de cuidado, quando ocorrem no âmbito privado, são não trabalho. O segundo é aquele que exemplifiquei no caso das soldadoras: mulheres são aceitas no mundo do trabalho mas têm seu papel circunscrito a situações consideradas próprias para elas. O terceiro é o de que as mulheres, mesmo que inseridas no mercado de trabalho, continuam a ser do lar e têm, por isso, dupla jornada.

O quadro descrito no parágrafo anterior provocou, a partir dos anos 60 do século passado, um movimento que pode ser rotulado de economia feminista. Mulheres se interessaram por ciências econômicas e inauguraram estudos com referências diferentes das tradicionais. Questões de gênero, até então, não encontravam abrigo em teorias econômicas clássicas e marxistas. As mulheres eram invisíveis para os economistas. Mulheres pesquisadoras de assuntos econômicos resolveram mudar esse jogo. Surge então uma economia feita por mulheres. As economistas feministas, assinala Aline, focam seus estudos nos seguintes pontos:

1. Participação e discriminação das mulheres no trabalho.
2. Políticas econômicas e suas consequências por gênero.
3. Invisibilidade das mulheres em modelos macroeconômicos.
4. Desenvolvimento de novos enfoques que garantam abordagens sobre a participação das mulheres na economia.

Embora distribuídas por todo espectro ideológico, as economistas feministas concordam com esses quatro pontos assinalados. As diversas escolas a que pertencem não impedem que defendam tais pontos, todos eles ignorados pela economia tradicional (masculina).

As economistas feministas dão especial destaque ao trabalho dos cuidados no lar. Insistem que tais cuidados são trabalho. Mostram que o trabalho de cuidados ocupa mais tempo do que aquele dedicado por homens ao que costuma ser chamado de trabalho produtivo. Como já disse, mundos diferentes são culturalmente projetados para homens e mulheres. Vale registrar como Aline considera a influência de diferença de gênero imposta culturalmente.

Essa diferença afeta diretamente os papéis sociais e pode ser interligada ao tema principal desta discussão: a intangibilidade do trabalho de serviços domésticos dentro da estrutura econômica. Como o trabalho de cuidados executado pela mulher não é remunerado, existe uma desvalorização sobre quem o executa. Ou seja, o indivíduo que se propõe ou tem como única opção

cuidar da casa, e não produzir externamente, não é considerado parte da estrutura econômica e seu serviço, que não é remunerado, não impacta no resultado do PIB dos países, por exemplo. Porém, a ausência desses serviços impossibilitaria os indivíduos que exercem o serviço remunerado – aquele que é considerado produtivo e impacta a economia de maneira direta, afetando seu PIB – de executar suas funções (Fernandes, 2024, p. 33).

No texto e no título da obra, a autora usa indistintamente os termos trabalho e serviço, ou emprega a expressão trabalho de serviço. Não há uma indicação de que cuidados são trabalho num sentido mais exigente do ponto de vista de nomenclatura. A meu ver, isso acontece porque ainda não há uma afirmação mais definitiva de que as atividades não remuneradas da mulher são trabalho, não serviço. Vale lembrar que o termo serviço decorre da palavra latina *servus* (servo), indivíduo que tinha relação de quase escravidão com um senhor. A palavra tem desdobramentos negativos, como a gente pode observar no significado do adjetivo servil. Quando cuidados são uma atividade remunerada, costumamos chamá-los de trabalho, não de serviço. Introduzo aqui esta nota de precisão terminológica para observar que no campo da linguagem os cuidados femininos no lar continuam a ter acento de servidão, mesmo quando passam a ser vistos como dimensão importante da economia. Essa observação não deve ser entendida como crítica à autora, mas como constatação de que a economia feminista enfrenta diversos problemas para ser formulada, inclusive no campo os termos que emprega.

A economia feminista não é um movimento reivindicatório. É a sugestão de que há a necessidade de uma virada epistemológica nas ciências econômicas quando são considerados os cuidados necessários para a garantia de conforto no lar e para que as trabalhadoras possam exercer suas profissões sem se preocuparem com alimentação, roupa lavada, cuidado com as crianças, cuidados com os idosos, limpeza e higiene de suas residências. Nesse sentido, o conceito de trabalho precisa ser ampliado para incluir os cuidados que acontecem no lar. Tal conceituação propõe novas metodologias em ciências econômicas, assim como a criação de novas métricas que possam aferir o valor do trabalho das cuidadoras.

As produções das economistas feministas ainda enfrentam problemas. O que estou chamando aqui de economia oficial resiste e nem sempre inclui perspectivas superadoras de diferenças de gênero. Por outro lado, percebe-se, em referência que Aline usa, certa feminilização dos dados econômicos publicados por organizações nacionais e internacionais. Isso indica que a economia feminista, apesar de muitas barreiras, tem influência sobre os modos de ver o trabalho e como a igualdade de gêneros vem sendo buscada. Em estudo que fiz sobre o trabalho de soldagem, vi diversas investigações que propunham medidas para se alcançar igualdade de gênero no setor. Essa é uma direção que vem sendo seguida pela UNESCO, particularmente por um documento que recebeu o título de Priority Gender Equality Plan 2014-2021.

No estudo feito por Aline, há a contribuição de pesquisadoras que sugerem uma nova economia que adote uma epistemologia não mais centrada exclusivamente no trabalho dos homens. Na economia feminista as mulheres não mais vestem rosa e podem trajas pesados aventais em oficinas de soldagem.

Rainha do lar?

Em seu estudo, Aline enfatiza a história e situações que produziram a ideia de que a mulher é a rainha do lar. À medida em que o patriarcado e a família individual monogâmica passam a predominar, produz-se uma divisão do trabalho baseada no gênero. A mulher passa a ser responsável por todos os cuidados no lar. Por isso, ironicamente, começo esta seção fazendo referência a uma designação muito comum em nossa cultura: mulher, rainha do lar. Na educação, formal e informal, as expectativas sociais modelam habilidades diferenciadas. Citei anteriormente um caso típico: soldagem é um trabalho masculino, às mulheres soldadoras ficam reservadas apenas atividades do ofício que exigem supostamente mais capricho. A lista de fazeres próprios para homens e para mulheres é enorme.

A responsabilidade exclusiva pela gestão do lar, da vida doméstica, parece algo positivo. Parece justificar o apodo rainha do lar. Mas tal responsabilidade exige mais tempo dedicado ao trabalho não remunerado do que ao trabalho remunerado exercido pelos homens. Além disso, se a rainha do lar se aventurar em trabalho fora de casa, fatalmente viverá a exigente situação de dupla jornada.

A divisão sexual do trabalho não se caracteriza apenas por diferença. Segundo a autora, tem características de assimetria, com um dos lados, o masculino, ocupando-se do trabalho que é valorizado. O outro lado, o da mulher, é de subordinação e dependência. Mulheres são educadas para o casamento, para a reprodução. Todos os cuidados, como a autora assinala diversas vezes em sua obra, são invisíveis, sem qualquer valor econômico.

A marca assimétrica que resulta da divisão sexual do trabalho continua mesmo quando a mulher ingressa no mercado de trabalho. Os chamados da casa não desaparecem. A mulher, mesmo que trabalhadora, continua a ser a responsável pela educação das crianças, pelo cuidado com idosos e por todas as demandas do funcionamento do lar. Além disso, mesmo quando se engajam em trabalhos considerados produtivos, são sempre consideradas responsáveis pela reprodução.

Por causa de demandas sociais por cuidados com crianças e idosos, cresce o que minha amiga Helena Hirata costuma chamar de profissões do afeto. E essas profissões, mal remuneradas, são majoritariamente exercidas por mulheres das classes populares. Nesse caso, cuidados antes realizados como trabalho não remunerado passam a integrar ofertas de emprego. Quase sempre, as profissões do afeto se vinculam a iniciativas privadas, não a programas públicos.

Em anos recentes aconteceram mudanças que podem resultar na diminuição da diferença entre os sexos no campo do trabalho e, por consequência, na economia. Hoje as mulheres passam mais tempo nas escolas do que os homens e já são maioria nas universidades. No Brasil, em 2008, por exemplo, 17,3% das mulheres tinham mais de dez anos de escolaridade, enquanto esse percentual era de 14,3% para os homens. Mas tais mudanças ainda não tiveram impacto significativo no mercado de trabalho. Mulheres continuam a receber salários inferiores aos recebidos por homens. Além disso, elas, no geral, não progredem na carreira tanto quanto os homens.

A educação formal e informal de meninos e meninas antecipa a assimetria entre os sexos no campo do trabalho. Como diz a autora, “preferências adaptativas” ou “aprendidas” são o problema central para a análise das desigualdades de gênero. E como já se observou anteriormente, os resultados de uma educação diferenciada são tidos como naturais, não como aprendizagem de representações sociais dos papéis masculinos e femininos.

Aline descreve o que estamos comentando num trecho que convém reproduzir aqui:

Atualmente o crescimento da inserção da mulher no trabalho formal, considerado produtivo, ainda não reflete em relações iguais de gênero. Há impactos evidenciados nas diferenças salariais e nas atividades que as mulheres podem estar inseridas de fato. A entrada da mulher no trabalho considerado formal e produtivo para o capital não a isenta das responsabilidades domésticas, ou seja, há um aumento da quantidade de trabalho e de responsabilidades... (Fernandes, 2024, p. 46)

Análises do trabalho da mulher, dentro e fora de casa, eliminam o mito da rainha do lar. Em casa, nos muitos afazeres do dia a dia, a mulher fica numa posição de serviçã. Nesse sentido, cabe referir-se ao que ela faz como serviço. Por isso, sempre é preferível descrever as atividades da mulher no lar como trabalho.

Aprendendo com a periferia

Aline descreve seu livro como um ensaio de uma menina periférica que foi à USP aprender economia. E sua obra poderia ser interpretada como uma evidência de que ela superou a ignorância sobre ciências econômicas. Prefiro ver o livro dela de outra forma: uma lição que a periferia nos oferece para que entendamos o trabalho das mulheres do lar, dentro e for de casa. Prefiro ver o livro como uma prova de que Aline muito aprendeu com Zoraide.

Zoraide não é apenas uma mulher que dedicou toda sua vida ao trabalho não remunerado do cuidado. Ela tem uma vida que nos ilumina e nos faz entender melhor como os cuidados são essenciais na economia, embora permaneçam invisíveis para a sociedade que deles se beneficia, assim como dos economistas que não os enxergam.

Referências

BARATO, J. N. **A casa do bandeirante**. São Paulo: FMU, 1969.

BARATO, J. N. **Oficinas e conhecimento**: um desafio para a atuação e a capacitação de docentes em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2021.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FERNANDES, A. M. **Mulheres invisíveis**: quem enxerga o valor do trabalho de serviços e cuidados? São Paulo: Editora Patuá, 2024.

MJELDE, L. **Las propiedades mágicas de la formación en taller**. Montevideo: OIT/Cinterfor, 2016.

TAUNAY, V. de. **Inocência**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.